https://doi.org/10.30681/traos.v10i1.14680

A interculturalidade no discurso da bioeconomia: o diálogo entre o saber tradicional e a gestão técnica

Interculturality in Bioeconomy Discourse: The Dialogue Between Traditional Knowledge and Technical Management

Maria Antonia Fernandes Nabarro de Oliveira Benati
Universidade Federal de Rondônia

Maria Cristina Ramos Borges
Universidade Federal de Rondônia

Como citar este trabalho:
BENATI, M. A. F. N. de O.; BORGES, M. C. R. A interculturalidade no discurso da bioeconomia: o diálogo entre o saber tradicional e a gestão técnica. **Traços de Linguagem**, v. 10, n. 1, p. 254-265, 2026.

RESUMO: Este artigo analisa a interface entre o saber tradicional e a gestão técnica no contexto da bioeconomia em Rondônia, sob a ótica da interculturalidade discursiva. O objetivo central é investigar como a mediação linguística e o letramento financeiro atuam na emancipação de micro e pequenos empreendedores das cadeias do café e do cacau na região da Amazônia Sul. Metodologicamente, a pesquisa fundamenta-se na pesquisa-ação e na Análise do Discurso Crítica (ADC), utilizando um corpus derivado de intervenções consultivas junto a 150 MPEs em municípios como Rolim de Moura. Os resultados revelam que a histórica "exclusão linguística" e a assimetria de informação impedem a captura de valor pelos produtores locais. A mediação técnica, ao atuar como uma "tradução intercultural", permitiu a harmonização entre o "tempo da floresta" e o "tempo do capital", promovendo a justiça cognitiva e o fortalecimento do capital simbólico dos empreendedores. Conclui-se que a gestão financeira, quando humanizada e territorializada, funciona como uma ferramenta de soberania discursiva, essencial para a consolidação de uma bioeconomia resiliente e ética na Amazônia.
PALAVRAS-CHAVE: Interculturalidade. Bioeconomia. Gestão Financeira. Amazônia Sul. Análise do Discurso.

ABSTRACT: This article analyzes the interface between traditional knowledge and technical management within the context of bioeconomy in Rondônia, through the lens of discursive interculturality. The main objective is to investigate how linguistic mediation and financial literacy contribute to the emancipation of micro and small entrepreneurs in the coffee and cocoa value chains in the Southern Amazon region. Methodologically, the study is based on action research and Critical Discourse Analysis (CDA), utilizing a corpus derived from consulting interventions with 150 MSEs in municipalities such as Rolim de Moura. The results reveal that historical "linguistic exclusion" and information asymmetry prevent local producers from capturing value. Technical mediation, by acting as an "intercultural translation," enabled the harmonization between "forest time" and "capital time," promoting cognitive justice and strengthening the entrepreneurs' symbolic capital. The study concludes that financial management, when humanized and territorialized, functions as a tool for discursive sovereignty, essential for consolidating a resilient and ethical bioeconomy in the Amazon.
KEYWORDS: Interculturality. Bioeconomy. Financial Management. Southern Amazon. Discourse Analysis.

1. Introdução

A emergência da bioeconomia como paradigma de desenvolvimento na Amazônia Sul não constitui apenas uma transição produtiva, mas um desafio de ordem epistemológica e discursiva. No estado de Rondônia, a consolidação de cadeias de valor sustentáveis, como as do café e do cacau, esbarra em uma dicotomia frequentemente negligenciada pela literatura gerencial clássica: o abismo entre o saber técnico-contábil e o saber tradicional-ancestral. Este artigo propõe que a viabilidade das Micro e Pequenas Empresas (MPEs) inseridas no ecossistema amazônico depende de uma mediação intercultural, na qual a gestão financeira deixa de ser uma imposição aritmética para se tornar um processo de diálogo e tradução.

Historicamente, o desenvolvimento econômico da região amazônica foi marcado por modelos exógenos que, conforme analisa Becker (2007), impuseram uma lógica de fronteira baseada na extração e na desconsideração das especificidades locais. No cenário contemporâneo, a proposta de uma "Economia baseada na Natureza" (ABRAMOVAY, 2020) exige o que se pode denominar de "inteligência territorial". Entretanto, essa inteligência só se efetiva quando os instrumentos de gestão são capazes de absorver a subjetividade dos atores locais. A problemática que norteia esta investigação reside na dissonância entre o "tempo da floresta" e o "tempo do capital". Se, por um lado, o ciclo biológico da sociobiodiversidade segue ritmos sazonais e regenerativos (SACHS, 2008), por outro, as estruturas de crédito e controle financeiro operam sob uma lógica de linearidade e liquidez imediata que, muitas vezes, asfixia o pequeno empreendedor rondoniense.

Nesse contexto, a interculturalidade manifesta-se no discurso como o terreno onde esses tempos e saberes se confrontam. Segundo a teoria da "civilização empática" de Rifkin (2010), a sobrevivência global em um mundo em crise depende da expansão da nossa consciência para além dos modelos puramente utilitaristas. Transportando essa premissa para a realidade de polos como Rolim de Moura, a prática da consultoria empresarial assume um caráter de "tradução linguística". O consultor não apenas entrega planilhas; ele decodifica os imperativos do mercado — como o controle de Capital de Giro e a precificação de ativos — para uma linguagem que faça sentido dentro do universo simbólico do produtor que lida diretamente com a terra. Como bem assevera Sen (2010), o desenvolvimento deve ser visto como um processo de expansão das liberdades reais, o que implica em prover ao indivíduo a "agência" necessária para navegar em sistemas complexos sem perder sua identidade cultural.

A relevância deste estudo justifica-se pela necessidade de romper com a visão tecnocrática da administração financeira, que muitas vezes enxerga a mistura patrimonial ou a ausência de reservas como mera "falta de instrução". Através de um relato de experiência fundamentado em intervenções técnicas junto a 150 empreendimentos no estado de Rondônia, este trabalho demonstra que tais fragilidades são, em última análise, sintomas de um desencontro discursivo. A educação financeira, portanto, é aqui tratada como um eixo de permanência e emancipação, capaz de harmonizar a eficiência técnica necessária à sobrevivência econômica com a preservação dos saberes tradicionais que mantêm a floresta em pé.

Dessa forma, o objetivo primordial deste manuscrito é analisar as nuances dessa interface intercultural, examinando como o diálogo entre consultor e empresário pode catalisar um novo paradigma de gestão — um paradigma que seja, simultaneamente,

tecnicamente sólido e culturalmente empático. Através da análise de casos nos setores de café e cacau, pretende-se oferecer caminhos para uma economia regional que não apenas gere lucro, mas que promova a resiliência socioeconômica e a dignidade do trabalho humano na Amazônia.

2. Interfaces Discursivas na Bioeconomia: O Diálogo entre o Saber Tradicional e a Gestão Técnica

2.1. O Discurso da Bioeconomia: Neologismo e Ressignificação da Amazônia

A análise da bioeconomia em solo rondoniense exige, antes de um olhar contábil, uma investigação sobre a terminologia que sustenta esse novo paradigma. Para a Linguística, o termo "Bioeconomia" configura-se como um neologismo estratégico que busca ressignificar a floresta: o que outrora era narrado pelo discurso desenvolvimentista clássico como "obstáculo" ou "estoque extrativo", passa a ser enunciado como um ativo tecnológico e semiótico. Segundo Eni Orlandi (2015), o espaço produz sentidos, e o discurso sobre a Amazônia é historicamente marcado por uma "exterioridade" que tenta nomear a região a partir de interesses alheios.

Neste contexto, a bioeconomia não é apenas uma prática produtiva, mas um enunciado que tenta harmonizar o léxico do capital com o léxico da vida. No entanto, o microempreendedor de Rondônia encontra-se no centro de uma disputa narrativa. De um lado, o discurso da "fronteira de exploração" (BECKER, 2007) utiliza uma linguagem de conversão da floresta em pasto; de outro, o discurso da "fronteira de conhecimento" exige um novo letramento terminológico. Como aponta Abramovay (2020), a bioeconomia exige o respeito aos limites planetários, o que, sob a ótica de Bakhtin (2011), demanda um "dialogismo": a capacidade de ouvir e integrar as vozes da natureza e dos saberes locais na polifonia do desenvolvimento regional.

Sob a lente da Análise do Discurso Crítica (ADC), tal como proposta por Fairclough (2001), o léxico da bioeconomia não é neutro, mas carrega uma carga ideológica que tenta reconfigurar a hegemonia econômica na Amazônia. A introdução de termos como "ativos ambientais" ou "créditos de carbono" no cotidiano de municípios como Rolim de Moura não representa apenas uma mudança técnica, mas uma tentativa de colonização linguística, onde o saber tradicional é desafiado a se traduzir para a gramática do capital financeiro para ganhar legitimidade. Essa "ordem do discurso" impõe ao microempreendedor rondoniense um bilinguismo funcional: ele precisa manter a semântica do manejo da terra (o saber fazer) enquanto performa a pragmática do mercado (o saber gerir), sob pena de exclusão dos circuitos de fomento.

Essa tensão terminológica evidencia o que Pêcheux (2014) denomina como "interdiscurso", onde o dizer atual da bioeconomia é atravessado por memórias discursivas de ciclos econômicos anteriores na Amazônia (ciclo da borracha, da exploração madeireira, da pecuária extensiva). Para o linguista, o sentido não está nas palavras em si, mas na posição que o sujeito ocupa. Quando o produtor de café ou cacau em Rondônia tenta enunciar sua prática como "sustentável", ele está realizando um gesto de interpretação que confronta o estigma histórico da "fronteira degradadora". O desafio da gestão técnica, portanto, é não silenciar esse processo de ressignificação, permitindo

que a "fronteira de conhecimento" mencionada por Becker (2007) seja, antes de tudo, uma fronteira de reconhecimento linguístico das identidades locais.

Por fim, é necessário considerar a dimensão da "deriva de sentidos" no contexto amazônico. Como observa Orlandi (2015), o silêncio também é significante. Muitas vezes, o que não é dito nas planilhas de custos e nos manuais de bioeconomia — os ritos, o tempo de descanso da terra e a relação afetiva com a biodiversidade — constitui o cerne do saber tradicional que a gestão técnica ainda não consegue gramatizar. A construção de um diálogo intercultural autêntico pressupõe, portanto, a abertura para uma escuta que ultrapasse a decodificação de dados financeiros. É preciso alcançar a compreensão das metáforas e narrativas que o produtor utiliza para descrever sua relação com a floresta, transformando o ato da consultoria em um evento de letramento crítico, onde o domínio da técnica financeira seja uma ferramenta de libertação e não uma nova forma de sujeição discursiva.

2.2. Colisões crononarrativas: o "tempo da floresta" *versus* o "tempo do capital"

A sustentabilidade, no âmbito desta investigação, é analisada como uma busca por harmonia discursiva entre temporalidades distintas que coabitam o espaço amazônico. A obra de Ignacy Sachs (2008) sobre o ecodesenvolvimento é aqui reinterpretada sob a ótica da crononarrativa: o desafio de conciliar enunciados que operam em ritmos biológicos e financeiros divergentes. O "tempo da floresta" possui uma gramática própria, regida pela semântica da regeneração, pelas safras cíclicas do café e do cacau e pelo regime pluviométrico rondoniense. É um tempo marcado pela espera e pela resiliência, onde o sentido da produtividade está atrelado ao ciclo da vida e não apenas à métrica do relógio.

Em oposição a essa gramática orgânica, o "tempo do capital" — ou "tempo do banco" — impõe uma narrativa de linearidade absoluta e aceleração constante. Este discurso é estruturado pelo léxico dos juros compostos, dos vencimentos mensais inegociáveis e da exigência de liquidez imediata. Sob a perspectiva de Bakhtin (2011), estamos diante de um conflito de cronótopos: configurações específicas de tempo e espaço que definem a identidade dos sujeitos. Enquanto o cronótopo do produtor tradicional está ancorado na terra e na sucessão das gerações, o cronótopo da gestão técnica financeira está ancorado no mercado globalizado e no curto prazo operacional. A colisão desses discursos gera o que se observa nas consultorias em Rolim de Moura: uma sensação de "asfixia linguística", onde o empreendedor sente que sua realidade biótica não cabe nos formulários rígidos das instituições de crédito.

Essa divergência narrativa dialoga com a Teoria da Entropia de Georgescu-Roegen (1971). Para a linguística aplicada à economia, a crítica de Georgescu-Roegen revela que o discurso neoclássico é uma ficção que ignora a degradação material. Ao aplicar este conceito às MPEs de Rondônia, percebe-se que a gestão financeira precisa de uma reorientação semântica: a eficiência não pode ser apenas a maximização do lucro em um tempo linear, mas a otimização de fluxos dentro de uma narrativa de sobrevivência biótica. Como propõe Leff (2001), a racionalidade ambiental exige que o discurso contábil incorpore o léxico da termodinâmica e da ecologia, permitindo que o balanço patrimonial narre também a saúde do capital natural.

Ademais, a mediação entre essas temporalidades exige o que Capra (2002) define como "alfabetização ecológica", que aqui traduzimos como um letramento financeiro-ambiental. O consultor atua como um tradutor de crononarrativas, auxiliando o produtor

a converter o "tempo da colheita" em "estratégias de fluxo de caixa". Segundo Bresser-Pereira (2012), o imediatismo do capital financeiro cria um descompasso estrutural em projetos de maturação lenta. No entanto, através da interculturalidade discursiva, é possível criar "zonas de contato" (PRATT, 1991) onde a necessidade de liquidez do banco seja compreendida e planejada sem violar o tempo de fermentação do cacau ou a maturação do café, garantindo que a gestão técnica fortaleça a resiliência do território em vez de desestruturá-lo.

2.3. Interculturalidade e o desenvolvimento como agência discursiva

A dimensão intercultural deste trabalho ancora-se na premissa de que o desenvolvimento é, essencialmente, um processo de expansão de agências, conforme proposto por Amartya Sen (2010). No entanto, sob a ótica dos estudos linguísticos, essa agência (*agency*) é indissociável da competência comunicativa do sujeito em seu território. Para que o microempreendedor de Rondônia atinja a liberdade real, ele precisa dominar os códigos que regem o sistema econômico sem que isso implique no apagamento de sua identidade ou em uma submissão acrítica aos modelos exógenos. Aqui, a interculturalidade deixa de ser um conceito abstrato de harmonia para se tornar uma hospitalidade linguística, conforme sugere Paul Ricoeur (2011): o ato de acolher a palavra do técnico ou do bancário sem trair a legitimidade da própria língua, pautada na vivência e na tradição.

Essa mediação é atravessada pela pedagogia da autonomia de Paulo Freire (1987), que postula a educação como um ato dialógico de "leitura do mundo". Nas consultorias em Rolim de Moura, a educação financeira é ressignificada como um processo de letramento crítico, afastando-se de uma visão "colonizadora" que enxerga o saber técnico como uma cura para uma suposta ignorância do produtor. Não se trata de uma "educação bancária" que meramente deposita fórmulas contábeis, mas de um diálogo que reconhece o atrito linguístico inerente ao encontro entre a racionalidade do capital e a lógica da floresta. Como aponta Isabel Alarcão (2011), a prática reflexiva permite que o consultor atue como um "tradutor cultural", convertendo enunciados opacos para metáforas aderentes à realidade da lavoura, garantindo que a técnica seja uma ferramenta de libertação e não uma nova forma de alienação discursiva.

A eficácia dessa gestão técnica depende, portanto, do que Boaventura de Sousa Santos (2010) denomina Justiça Cognitiva. Na Amazônia Sul, isso significa validar a "ecologia de saberes", onde o conhecimento científico-contábil é complementar — e não superior — ao saber tradicional sobre os ciclos da biodiversidade. Ao integrar a legitimidade do "tempo da floresta" ao planejamento, rompe-se com o monoculturismo do saber. Segundo Norman Fairclough (2001), a mudança nas práticas discursivas é uma pré-condição para a mudança social. Assim, o letramento financeiro funciona como uma ferramenta de resistência: ao democratizar o acesso ao léxico da gestão, promove-se uma reconfiguração das relações de poder, permitindo que o produtor de café ou cacau ocupe um lugar de fala autônomo e resiliente, evitando que seja "engolido" pelas pressões assimétricas do mercado global.

2.4. Gestão financeira, risco e instituições: a barreira da exclusão linguística

A fundamentação técnica da gestão financeira, embora ancorada em métricas de Assaf Neto (2021) e Iudícibus (2021), enfrenta na Amazônia Sul um desafio de natureza institucional e comunicativa. Como postula North (1990), as instituições — compreendidas como as regras do jogo e as convenções culturais — moldam o desempenho econômico. Em Rondônia, a precariedade da infraestrutura é agravada por uma precariedade discursiva: o que Stiglitz (2002) denomina como "assimetria de informação" manifesta-se, na prática, como uma exclusão linguística. O microempreendedor, ao não dominar o léxico técnico exigido pelas instituições financeiras, é frequentemente silenciado ou mal interpretado, o que eleva os custos de transação e dificulta o acesso ao capital necessário para a bioeconomia.

Sob a ótica da Psicologia Econômica e Comportamental, a tomada de decisão financeira não é um processo puramente racional, mas mediado por vieses e narrativas internas. O conceito de "arquitetura de escolha" de Thaler e Sunstein (2009) ganha contornos linguísticos nas consultorias em Rolim de Moura: o consultor atua redesenhando o cenário de decisões por meio de Nudges (estímulos) que simplificam a gramática financeira. Ao desmistificar termos como "provisão" ou "depreciação", o discurso técnico deixa de ser um instrumento de poder e torna-se um facilitador da disciplina de caixa. Isso é fundamental para mitigar a "mistura patrimonial", fenômeno que a Teoria da Agência (JENSEN; MECKLING, 1976) descreve como um conflito de interesses, mas que aqui é lido como uma falha na distinção entre a narrativa da sobrevivência familiar e a narrativa da sustentabilidade empresarial.

A análise do risco, portanto, deve ser transposta do cálculo atuarial para a análise do contexto. Segundo Damodaran (2007), o risco em mercados emergentes exige prêmios de ajuste, mas na realidade da bioeconomia, o maior risco é a incompreensão mútua. A consultoria financeira atua na redução dessa lacuna ao instrumentalizar o empresário com um "letramento de mercado". Quando o produtor de café ou cacau passa a dominar a linguagem do balanço, ele está operando o que Bourdieu (1991) chama de "capital simbólico": a capacidade de falar e ser ouvido com autoridade nos campos de poder econômico.

Dessa forma, a formalização técnica e a transparência financeira, mediadas pela interculturalidade discursiva, funcionam como um ativo reputacional e comunicativo. Ao dominar a linguagem das instituições sem abdicar de sua identidade, o microempreendedor de Rondônia transforma a gestão em um pilar de soberania. A gestão financeira, vista por esta lente linguística, deixa de ser uma burocracia contábil para se tornar uma estratégia de posicionamento no discurso global da bioeconomia, garantindo que o valor gerado na floresta seja traduzido, reconhecido e devidamente remunerado pelo mercado.

3. Metodologia: a pesquisa-ação como dispositivo de tradução cultural

A presente investigação adota uma abordagem qualitativa, fundamentada no método da Pesquisa-Ação (THIOLLENT, 2011), integrada à perspectiva da Análise do Discurso Crítica (FAIRCLOUGH, 2001). Esta escolha justifica-se pela natureza da atuação da pesquisadora: uma prática profissional interventiva no estado de Rondônia, onde o consultor atua como um agente que não apenas observa, mas coproduz novos

sentidos com os sujeitos da pesquisa. O foco recai sobre a interface comunicativa entre a gestão técnica e o saber tradicional, buscando compreender como se dá a "tradução" dos imperativos econômicos para a realidade da bioeconomia.

3.1. Corpus e contexto da investigação

O *corpus* deste estudo é constituído por registros de campo, diagnósticos financeiros e relatos de intervenção colhidos durante o atendimento a 150 micro e pequenas empresas (MPEs) situadas na região da Amazônia Sul, com centralidade no município de Rolim de Moura/RO. O recorte temporal abrange o período de 2024 a 2025. Para uma análise mais aprofundada, foram selecionadas amostras representativas das cadeias produtivas do Café (Robusta Amazônico) e do Cacau (fino e de várzea), setores onde o choque entre a terminologia técnica e a linguagem do cotidiano rural é mais acentuado.

3.2. Procedimentos de coleta e análise de dados

A sistematização da experiência foi estruturada em três fases interpretativas, focadas na dimensão linguística da gestão e no registro denso da realidade local:

1. Levantamento de Formações Discursivas (Diagnóstico): Realização de entrevistas em profundidade e observação participante. As interações foram registradas em um diário de campo manuscrito, onde se anotaram não apenas as falas, mas as hesitações e expressões não verbais dos produtores diante de termos técnicos. Em momentos de anuência dos participantes, utilizaram-se gravações de áudio para posterior análise da "palavra viva". O processo de transcrição adotado foi o de transcrição inteligente (editada), no qual foram removidas repetições excessivas e vícios de linguagem que pudessem comprometer a clareza do texto ou a imagem do locutor, preservando-se, contudo, a fidedignidade absoluta ao sentido dos enunciados e à ética da pesquisa. Nesta etapa, buscou-se identificar o que Orlandi (2015) chama de "silenciamentos": aquilo que o produtor sabe fazer, mas não consegue gramatizar em termos contábeis.
2. Ciclo de Mediação e Letramento (Intervenção): Aplicação de ferramentas de gestão (Fluxo de Caixa, Formação de Preço e Capital de Giro) por meio de um processo de tradução intercultural. O registro qualitativo focou nas reações linguísticas dos empreendedores diante dos novos léxicos e na eficácia das "ânforas de sentido" (metáforas criadas durante o atendimento) para aproximar a técnica da tradição. As anotações de campo detalharam o processo de "desidentificação" do sujeito ao confrontar a planilha, capturando a transição do discurso de subsistência para o de gestão.
3. Análise de Conteúdo e Confronto Teórico: O *corpus* documental, composto pelas transcrições das falas e pelas notas de observação direta, foi submetido à Análise de Conteúdo (BARDIN, 2011), categorizando os principais "conflitos de sentido" encontrados. Estes resultados foram confrontados com o referencial teórico de autores como Bakhtin, Sen e Sachs, buscando validar a hipótese de que a gestão eficiente na bioeconomia depende de uma justiça cognitiva.

3.3. Critérios de ética e posicionalidade

Dada a natureza qualitativa e subjetiva da pesquisa, a posicionalidade da pesquisadora é assumida como um elemento de riqueza do estudo. A ética em pesquisa foi preservada por meio do anonimato dos participantes e das empresas, utilizando categorias analíticas em vez de nomes reais. A validação dos resultados foi realizada através do "retorno de sentido" aos produtores, garantindo que a análise aqui apresentada respeite a dignidade e a voz dos atores sociais da Amazônia Sul.

4. Análise dos resultados e discussão

A análise dos resultados emerge da fricção entre dois universos simbólicos distintos observados no cotidiano das consultorias em Rondônia. O que se depreende dos dados colhidos é que a eficácia da gestão técnica na bioeconomia não é um subproduto da imposição de ferramentas, mas da capacidade de estabelecer uma zona de contato linguística (PRATT, 1991) onde o saber tradicional é traduzido, e não substituído.

4.1. O setor do café: a ressignificação do valor e o letramento financeiro

A análise das intervenções realizadas com os produtores de Robusta Amazônico revelou, inicialmente, o que denominamos de "surdez terminológica" em relação aos componentes do custo de produção. Nas entrevistas diagnósticas, a enunciação do preço de venda aparecia desvinculada da complexidade produtiva, como demonstra o recorte de fala de um produtor de Rolim de Moura: *"Eu não sei quanto custa meu dia, eu só sei que o dinheiro entra e sai; se sobrou no fim do mês para a feira, deu lucro"*. Sob a ótica de Bakhtin (2011), esse discurso é estritamente monológico, pois ignora as vozes do mercado e a depreciação do capital natural, centrando-se apenas na narrativa da subsistência imediata.

O processo de consultoria, agindo como um dispositivo de dialogismo, confrontou essa percepção ao introduzir a "palavra alheia" — o léxico técnico — de forma mediada. Ao transpor o conceito de Margem de Contribuição para a metáfora da "força da planta", operou-se uma tradução intercultural. Um segundo momento de enunciação foi registrado após a intervenção: *"Agora eu entendi que se eu não colocar o valor do meu trabalho e da minha família na conta, eu estou pagando para trabalhar e nem sabia"*. Esse movimento revela a expansão da agência descrita por Sen (2010): o sujeito não apenas aprendeu um cálculo, mas ressignificou sua própria posição no campo produtivo.

Essa transição discursiva rompe com o "evidente" (PÊCHEUX, 2014), pois obriga o produtor a quantificar o que antes era silenciado: o valor da história na terra e o custo de oportunidade. Observou-se um tensionamento subjetivo, um processo de "desidentificação" em que o cafeicultor deixa de se narrar apenas como trabalhador braçal para se enunciar como "gestor de ativos bióticos". A "justiça cognitiva" proposta por Santos (2010) materializou-se no momento em que a planilha técnica deixou de ser um instrumento de opressão linguística para tornar-se a gramática que valida o saber tradicional no mercado de cafés especiais.

Ademais, o discurso do produtor passou a apresentar uma estrutura polifônica. Ao negociar com compradores, o cafeicultor agora utiliza o dado contábil como um argumento de autoridade: *"Meu café tem esse preço porque eu sei o custo de cada saca e*

o valor da preservação que eu faço aqui". Essa valorização do *terroir* rondoniense, traduzida em indicadores, permite a captura de valor real. A planilha, portanto, evoluiu de um acessório burocrático para um "escudo linguístico", garantindo que o diálogo entre o saber tradicional e a gestão técnica resulte em uma bioeconomia soberana, capaz de resistir ao silenciamento político historicamente imposto à região.

4.2. O setor do cacau: crononarrativas em conflito e a gestão do fluxo de caixa

No setor do cacau, o resultado mais expressivo residiu na mediação do conflito entre o "tempo da floresta" e o "tempo do capital". Observou-se que o processo de fermentação e secagem do cacau fino impõe uma crononarrativa de espera que colide frontalmente com o discurso de urgência das obrigações financeiras mensais. Um exemplo contundente dessa colisão foi registrado na fala de um produtor local: *"O banco me liga cobrando o boleto hoje, mas o cacau ainda está no cocho, não está pronto. Se eu tirar antes para pagar a conta, eu perco o prêmio de qualidade e estrago o lote"*. Essa fala é o sintoma do que denominamos "desespero linguístico" e "asfixia temporal": o produtor não possui, até então, o domínio dos códigos para enunciar ao sistema financeiro que a natureza possui seu próprio ritmo.

A intervenção técnica utilizou a estratégia dos *Nudges* (THALER; SUNSTEIN, 2009) para reconfigurar a arquitetura de escolha do produtor. Através da separação discursiva entre "conta da casa" e "conta da roça", o empresário rural iniciou um processo de letramento financeiro que permitiu planejar a liquidez necessária para respeitar o tempo biológico do fruto. Ao dominar a ferramenta de fluxo de caixa, o produtor passou a reformular seu posicionamento: *"Agora eu faço a reserva para as contas do mês antes de começar a colheita, assim o cacau pode 'dormir' o tempo que precisar para ficar fino sem me tirar o sono"*. Essa mudança de enunciado revela que a gestão técnica, quando despida de arrogância tecnocrática, funciona como suporte para que o saber tradicional resista às pressões do imediatismo capitalista.

Essa asfixia temporal reflete o que Fairclough (2001) identifica como a hegemonia do discurso neoliberal sobre as práticas locais. A imposição de uma gramática de curto prazo atua como um mecanismo de apagamento das especificidades bióticas da floresta. Durante as consultorias em Rolim de Moura, percebeu-se que a "mistura patrimonial" era uma forma de resistência inconsciente: o produtor tentava compensar a rigidez de um sistema que não reconhece o valor do tempo de maturação. Ao reconfigurar essa narrativa, a gestão técnica atua na emancipação discursiva do sujeito, permitindo que ele enuncie sua necessidade de tempo não como uma "demora", mas como um "processo de agregação de valor" essencial à bioeconomia.

No caso do cacau de várzea, o sucesso da consultoria manifestou-se na capacidade dos empreendedores de utilizarem a planilha como um "dispositivo de enunciação". Ao apresentar dados estruturados, o produtor passa a dialogar com as instituições de crédito em pé de igualdade, utilizando o léxico da gestão para proteger o saber tradicional. O diálogo intercultural, portanto, consolida-se como um ato de justiça linguística, garantindo que a voz da floresta e a precisão da técnica coexistam em uma narrativa de desenvolvimento humanizada e resiliente.

4.3. A Síntese intercultural como ativo reputacional

Ao final do ciclo de consultoria com as 150 MPEs, identificou-se que as empresas que adotaram a "linguagem da gestão" sem abandonar sua "identidade amazônica" obtiveram um fortalecimento de seu capital simbólico (BOURDIEU, 1991). O domínio do léxico financeiro permitiu que esses atores reduzissem as assimetrias de informação perante as instituições bancárias e compradores globais. No entanto, é imperativo destacar que esse letramento não foi operado como uma "cura" para uma suposta ignorância técnica, mas como uma estratégia de sobrevivência em um campo de forças desigual. O que se observou foi um atrito linguístico produtivo: o produtor utiliza a transparência financeira como um "argumento de venda" e, simultaneamente, como um escudo contra a desvalorização de seu produto pelo mercado.

Essa soberania discursiva reflete o processo de "assimilação da palavra alheia" (BAKHTIN, 2011). Durante as intervenções em Rolim de Moura, o microempreendedor não apenas decorou termos contábeis, mas os submeteu a um processo de reacentuação, conferindo-lhes novos sentidos baseados na ética da preservação. Um dos relatos colhidos sintetiza essa postura de resistência: *"Eu aprendi a fazer a conta do banco não é para virar banco, é para o banco não me passar para trás e eu poder continuar tirando meu sustento da floresta"*. Ao transformar a planilha em um suporte para a narrativa da bioeconomia, o produtor realiza um movimento de transculturalidade, onde a técnica deixa de ser uma imposição colonizadora para se tornar um recurso expressivo de sua própria identidade e resistência.

Ademais, a análise aponta que a síntese intercultural rompe com o "silenciamento local" (ORLANDI, 2015). Ao dominar as métricas de gestão, o produtor rural deixa de ser narrado por terceiros e passa a produzir os próprios indicadores de eficiência, o que é fundamental para a consolidação de circuitos de comércio justo. O diálogo entre a gestão técnica e o saber tradicional configura-se, portanto, como um ato de justiça linguística que protege o modo de vida local das flutuações predatórias do mercado de *commodities*. A ordem econômica que emerge dessa prática em Rondônia não é apenas uma meta técnica, mas uma narrativa coletiva de resiliência, onde a precisão do número serve à dignidade do trabalho humano e à integridade do bioma amazônico.

5. Considerações finais: por uma gestão financeira humanizada e territorializada

A presente investigação permitiu concluir que a transição para uma bioeconomia sustentável na Amazônia Sul é, antes de tudo, um desafio de ordem discursiva e intercultural. A análise das consultorias realizadas junto às 150 MPEs em Rondônia demonstrou que a barreira para a eficiência financeira não reside na incapacidade técnica dos produtores, mas na histórica assimetria de informação e na exclusão linguística impostas por um modelo de gestão puramente tecnocrático. Ao promover o diálogo entre o saber tradicional e a gestão técnica, o trabalho de mediação revelou que é possível harmonizar o "tempo da floresta" com as exigências do capital sem que haja o apagamento das identidades locais.

Os resultados evidenciaram que o letramento financeiro, quando pautado na justiça cognitiva, transforma-se em um poderoso instrumento de agência. Para o cafeicultor e o cacauicultor de Rolim de Moura, dominar a gramática dos custos e do fluxo de caixa significou uma conquista de soberania discursiva. Ao apropriar-se da

palavra do "outro" (o mercado, o banco) e ressignificá-la a partir de sua vivência na floresta, o microempreendedor deixou de ser um ator passivo para tornar-se um protagonista da narrativa da bioeconomia, capaz de proteger seu território através da transparência e da técnica. Do ponto de vista dos Estudos Linguísticos, este artigo contribui ao demonstrar que a contabilidade e a administração não são campos neutros, mas formações discursivas que exercem poder.

As limitações deste estudo, contudo, revelam a urgência de novas investigações que considerem a vulnerabilidade dessas "zonas de contato" frente ao agravamento da crise climática na Amazônia Sul. Eventos extremos recentes em Rondônia, como as secas severas e o avanço das queimadas, impõem um novo regime de incerteza que desafia qualquer planejamento financeiro convencional. A "asfixia temporal" mencionada ao longo desta análise ganha contornos dramáticos quando o ciclo biológico da floresta é interrompido por desastres ambientais, exigindo que o letramento financeiro incorpore também estratégias de resiliência climática e gestão de riscos catastróficos.

Conclui-se que o futuro da Amazônia não será escrito apenas com investimentos, mas com a construção de uma linguagem comum que valorize a vida em sua plenitude biótica e cultural. A bioeconomia só será verdadeiramente sustentável se for capaz de falar a língua da terra, traduzindo a sabedoria da floresta em resiliência econômica e dignidade humana para aqueles que a mantêm de pé frente aos desafios do século XXI.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Amazônia: por uma economia baseada na natureza**. São Paulo: Elefante, 2020.

ALARCÃO, Isabel. **Professores reflexivos em uma escola reflexiva**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico-financeiro**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. Tradução de Paulo Bezerra. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

BECKER, Bertha. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1991.

BRAGA, Roberto. **Fundamentos de administração financeira**. São Paulo: Atlas, 2016.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **A construção política do Brasil: sociedade, economia e Estado desde a Independência**. São Paulo: Editora 34, 2012.

CAPRA, Fritjof. **As conexões ocultas: ciência para uma vida sustentável**. São Paulo: Cultrix, 2002.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. v. 1. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

DAMODARAN, Aswath. **Avaliação de investimentos: ferramentas e técnicas para a determinação do valor de qualquer ativo**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2007.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora UnB, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GEORGESCU-ROEGEN, Nicholas. **The Entropy Law and the Economic Process**. Cambridge: Harvard University Press, 1971.
GITMAN, Lawrence J. **Princípios de administração financeira**. 12. ed. São Paulo: Pearson, 2010.
IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da contabilidade**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2021.
JENSEN, Michael C.; MECKLING, William H. Theory of the firm: Managerial behavior, agency costs and ownership structure. **Journal of Financial Economics**, v. 3, n. 4, p. 305-360, 1976.
KNIGHT, Frank H. **Risk, Uncertainty and Profit**. Boston: Houghton Mifflin, 1921.
LEFF, Enrique. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Petrópolis: Vozes, 2001.
NORTH, Douglass C. **Institutions, Institutional Change and Economic Performance**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. 12. ed. Campinas: Pontes, 2015.
OSTROM, Elinor. **Governing the Commons: The Evolution of Institutions for Collective Action**. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.
PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.
PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
PRATT, Mary Louise. Arts of the Contact Zone. **Profession**, p. 33-40, 1991.
PUTNAM, Robert D. **Bowling Alone: The Collapse and Revival of American Community**. New York: Simon & Schuster, 2000.
RICOEUR, Paul. **Sobre a tradução**. Belo Horizonte: UFMG, 2011.
RIFKIN, Jeremy. **The Empathic Civilization: The Race to Global Consciousness in a World in Crisis**. New York: J.P. Tarcher/Penguin, 2010.
SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.
SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.
SCHUMPETER, Joseph A. **Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
STIGLITZ, Joseph E. Information and the Change in the Paradigm in Economics. **The American Economic Review**, v. 92, n. 3, p. 460-501, 2002.
THALER, Richard H.; SUNSTEIN, Cass R. **Nudge: o empurrão para a escolha certa**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.
THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011.